

**O PROCESSO COLABORATIVO PARA BUSCA DA EFETIVA TUTELA
JURISDICCIONAL¹**

***COLLABORATIVE PROCEDURE TO ACHIEVE AN EFFECTIVE JURISDICTIONAL
TUTELAGE***

Darilê Marques da Matta

Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa
Catarina. Pós-graduada em Direito Processual Civil pela
Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis/SC.

darilemarques@gmail.com

RESUMO: Inserido em um contexto constitucional, o processo deve ser um instrumento efetivo para garantia e concretização de direitos. Atento às necessidades impostas por um Estado de Direito, o novo Código de Processo Civil, aprovado neste ano de 2015, busca sedimentar diversas garantias já constitucionalmente consagradas, para fins de tornar o processo mais efetivo. A partir da inserção de institutos colaborativos, o novel diploma processual busca incutir a concepção da autocomposição e cooperação dos agentes processuais para a busca, em tempo hábil, da efetiva tutela jurisdiccional.

PALAVRAS-CHAVE: Processo efetivo – Cooperação – Código de Processo Civil – Autocomposição – Garantias constitucionais

ABSTRACT: Set in a constitutional context, the procedure should be an effective instrument for the guarantee and realization of rights. Attentive to the needs imposed by the state of Law, the new Civil Procedure Code, approved this year, 2015, seeks to settle several constitutional guarantees, for the purpose of making the procedure more effective. From the inclusion of

¹ Artigo recebido em 02/08/2015 e aprovado em 08/11/2015.

collaborative institutes, the new Civil Procedure Code introduces the concept of self-composition and cooperation of procedural agents to achieve, timely, effective jurisdictional tutelage.

KEYWORDS: Effective procedure – Cooperation – Civil Procedure Code – Self-composition – Constitutional guarantees

1 Introdução

O sistema processual brasileiro há tempos encontra dificuldades para concretização de seu objetivo primordial de satisfação dos interesses das partes litigantes pela resolução do conflito de interesse e aplicação do direito no mundo dos fatos. Visando o aprimoramento do sistema e dar maior coesão às normas processuais que sofreram diversas reformas ao longo dos anos, foi aprovado o novo Código de Processo Civil neste ano de 2015.

O novo diploma processual está repleto de novidades. Busca sedimentar, nas regras processuais, garantias constitucionais para fins de adaptar o processo às diretrizes de um Estado Democrático de Direito.

Entretanto, de nada adianta termos um complexo e rico procedimento judicial se este não for efetivo, se não trouxer ao mundo dos fatos o que as partes litigantes almejam, que é a concretização do direito pleiteado, e com isso, a consequente pacificação social.

No Brasil o acirrado conflito entre as partes, agravado, muitas vezes, pelos argumentos ofensivos proferidos entres os profissionais operadores do Direito, desviam o foco da questão principal debatida no processo e dificultam a solução do caso concreto.

Em atenção a esse cenário processual, o novo Código de Processo Civil procura implementar um modelo mais cooperativo, em que as partes em conjunto com seus advogados, juízes e demais agentes integrantes do processo, unam forças para resolução do conflito, deixando para trás atos e argumentos meramente protelatórios. A partir de um processo mais cooperativo, que proporcione o diálogo, torna-se até mais fácil a promoção de uma composição consensual.

Mas para entender o motivo pelo qual nosso procedimento se tornou tão acirrado entre os sujeitos processuais, retorna-se à origem dos sistemas. Por meio de uma análise comparada do sistema de *civil law* e do sistema do *common law*, observar-se-ão as raízes que sedimentaram as suas estruturas. Assim, pela análise dos modelos de administração da justiça adversarial e inquisitorial, cada qual relacionado com um tipo de sistema, será possível verificar que existe um modelo com uma estrutura mais propícia ao desenvolvimento de um processo colaborativo.

Notável que a estrita e absoluta dicotomia entre os sistemas está, de certa forma, superada. Com isso, não se quer afirmar que as diferenças não mais existem, mas a superação das fronteiras nacionais certamente possibilitou o intercâmbio de informações e institutos de um sistema para o outro, a fim de que, cada um, pudesse corrigir os problemas encontrados no decorrer de seu desenvolvimento pelos acertos do outro.

O sistema do *common law* já adota diversos meios que tornam o processo mais colaborativo, primando, acima de tudo, pela autocomposição do litígio, evitando o prolongamento da via processual no judiciário. Parece que o novo diploma processual brasileiro busca seguir esses mesmos passos.

2 O sistema do *common law* e o sistema do *civil law*

As diferenças básicas entre os sistemas do *civil law* e do *common law* surgem a partir da distinção do contexto político-cultural existente à época da origem dos dois sistemas. As tradições jurídicas desses sistemas se diferenciam, razão pela qual são estabelecidos institutos e conceitos próprios de cada um.²

O sistema do *civil law* teve sua formação e desenvolvimento intensamente marcado pelo contexto histórico vigente na França no período pré-revolucionário. O Judiciário francês do *Ancien Régime* era formado pela classe aristocrática que não possuía qualquer compromisso com os valores da igualdade, liberdade e fraternidade; os cargos de magistrados eram comprados ou herdados. Ainda, os membros do Judiciário mantinham laços com outras classes

² MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes Obrigatórios**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 22

privilegiadas, e, por vezes, negavam a aplicação da lei para fins de satisfazer seus próprios interesses.³

Diante desse contexto político-social, houve intensa preocupação dos revolucionários em desenvolverem um novo direito, impondo-se uma clara separação dos poderes, especialmente em relação às funções do Legislativo e às funções do Judiciário, em que esse último teria sua atividade restringida à declaração da lei de criação exclusiva do legislativo. “Para que se pudesse limitar o poder do juiz à declaração da lei, a legislação deveria ser clara e capaz de dar regulação a todas as situações conflitivas. Os códigos deveriam ser claros, coerentes e completos.”⁴

O sistema do *common law*, em contrapartida, baseia-se nos costumes gerais. Foi criado a partir de regras não escritas e elaboradas pelos próprios magistrados, produto das decisões judiciais. Na Inglaterra, ao contrário do que ocorreu na França, não havia um cenário propício para ser sedimentada a desconfiança no judiciário⁵, logo, desnecessária a imposição da estrita aplicação da lei, excluindo de todas as formas a atividade interpretativa.⁶

No *common law* pode-se dizer que “as coisas sempre foram como são”⁷, pois o desenvolvimento desse sistema ocorreu ininterruptamente, acumulando a experiência e sabedoria de séculos. Assim, não se vislumbra no sistema do *common law* expressiva ruptura com o passado, como de fato ocorreu na história do *civil law*. Não houve preocupação em estabelecer um novo direito.⁸

³ MARINONI, Luiz Guilherme. 2013. p. 50.

⁴ MARINONI, Luiz Guilherme. 2013, p. 52.

⁵ Na Inglaterra, os movimentos “revolucionários” almejavam instituir uma ordem que impusesse limites aos poderes do monarca em nome dos direitos e liberdades do povo. “O ordenamento da Revolução Puritana caracterizou-se pela submissão do poder do monarca, em seu exercício e atuação, a determinadas condições, assim como pela existência de critérios reguladores da relação entre ele e o Parlamento. Neste ordenamento tem destaque o célebre *Bill of Rights*, editado no primeiro ano da Revolução, em 1689, ao qual Guilherme de Orange foi obrigado a se submeter para ascender ao trono, mediante uma espécie de acordo entre o rei e o Parlamento, visto como representante do povo. Frise-se que o *Bill of Rights*, embora tenha, entre seus princípios fundamentais, a proteção da pessoa e da propriedade e determinadas garantias processuais e dimensões de liberdade política, é marcado, acima de tudo, pela submissão do soberano à lei.” (MARINONI, Luiz Guilherme. 2013, p. 46-47)

⁶ ATAÍDE JR, Jaldemiro Rodrigues de. As tradições jurídicas de *civil law* e *common law*. In: FREIRE, Alexandre *et al.* (Coord.). **Novas Tendências do Processo Civil**: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil. vol. I. São Paulo: Editora JusPodivm, 2013. p. 556.

⁷ WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Precedentes e evolução do direito. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.) **Direito Jurisprudencial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, p. 20.

⁸ Sobre esse aspecto, elucida Luiz Guilherme Marinoni (2013, p. 46): “A afirmação do Parlamento, sublinhada pela Revolução Inglesa de 1688, não teve o propósito de marcar o início de um novo direito, como já dito. O seu caráter

Interessante notar como se faz “nítida a divergência entre o fundamento básico de criação do direito nesses dois sistemas, pois de um lado, a prática judiciária ditava o que era o Direito, enquanto de outro, esse era fruto da produção intelectual no estrito campo teórico.”⁹ O *common law*, diferente do *civil law*, nasce da prática judiciária, e não da cientificidade.¹⁰

Apesar das marcantes distinções históricas na formação de cada um dos sistemas, não se pode tão somente atrelar à existência, ou não, de codificações para explicar a diferença entre o *civil law* e o *common law*. Mesmo no sistema do *common law* há significativa produção legislativa. O que marca, realmente, a distinção entre os dois sistemas é o significado que atribuem aos Códigos e à função dos magistrados quando os observam. Não houve a tentativa, no *common law*, de reduzir espaços para o juiz pensar, não se preocuparam, portanto, em criar regras que fossem capazes de prever todas as questões conflituosas.¹¹

E, muito embora a tradição jurídica do *common law* seja mais aberta e flexível, não é sinônimo de permissibilidade aos juízes para afastar o cumprimento da lei. Essa flexibilidade e abertura decorrem justamente da posição e da função que a lei exerce no sistema, pois não é considerada como a principal forma em que se dá a manifestação e o desenvolvimento do Direito.¹² Nesse sistema, o Direito é enunciado e desenvolvido por meio das decisões judiciais, e ainda que não se possa afirmar que a doutrina de precedentes é sinônima do *stare decisis*, esta é absolutamente essencial ao desenvolvimento daquela.¹³

A doutrina *stare decisis* surgiu durante o desenvolvimento do *common law* com finalidade de trazer segurança jurídica, a partir do estabelecimento da vinculação dos precedentes judiciais. “É a política que exige que as Cortes subordinadas à Corte de última

foi conservador. Afirmou-se que a Revolução não foi dotada de verdadeiro ‘espírito revolucionário’, não desejou desconsiderar o passado e destruir o direito já existente, mas, ao contrário, confirmá-lo e fazê-lo valer contra um rei que não o respeitava.”

⁹ SCHMITZ, Leonard Ziesemer. Compreendendo os “precedentes” no Brasil: fundamentação de decisões com base em outras decisões. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 226, dez. 2013. p. 5 (versão *online*)

¹⁰ ABBOD, Georges. Precedente judicial *versus* jurisprudência dotada de efeito vinculante: a ineficácia das reformas legislativas na busca de uma cultura de precedentes. . In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.) **Direito Jurisprudencial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, p. 511.

¹¹ MARINONI, Luiz Guilherme. 2013. p. 54.

¹² ABBOD, Georges. 2012, p.507.

¹³ D. RE, Edward. “Stare decisis”. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 73, jan. 1994. p. 4. (versão *online*)

instância que estabelece o precedente sigam aquele precedente e ‘não mudem uma questão decidida.’”¹⁴

A busca pela segurança jurídica, como se observou, foi uma constante nos dois sistemas, embora um tenha procurado por meio das codificações, outro por meio do sistema de precedente. Nesse sentido, oportuna as palavras de Ovídio Baptista da Silva:

É interessante observar como o predomínio da *segurança* sobre os ideais de *justiça* que, na Europa continental, deu ensejo à era das codificações, foi igualmente uma constante na doutrina jurídica inglesa, embora a Inglaterra, fiel ao mesmo princípio, tivesse procurado idêntica segurança para o direito no sistema de precedentes, evitando a codificação.¹⁵

Inegável que os fatores que deram origem às duas tradições se distinguem soberanamente. Mas no decorrer do seu desenvolvimento, para se adequarem às dificuldades e peculiaridades encontradas, voltaram o olhar um ao outro, e com a troca de institutos, pode se observar a tendência de intersecção dos sistemas.

Essa tendência de junção dos modelos é estudada desde o século XX, em que se experimentou no direito continental europeu dar maior espaço à jurisprudência e na tradição do *common law* clássico abriu-se espaço para a criação legislativa,¹⁶ a exemplo da *Civil Procedural Rules*, criadas em 1999 na Inglaterra. A aparente clareza entre os sistemas se desfaz, verificando-se um complexo intercâmbio entre eles.

¹⁴ D. COLE, Charles. *Stare decisis* na cultura jurídica dos Estados Unidos. O sistema de precedentes vinculantes do *common law*. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 752, jun 1998. p. 7. (versão *online*). O referido autor menciona, todavia, que a vinculação de precedentes não significa a estagnação do Direito. “Precedente vinculante nos Estados Unidos não significa, porém, que o precedente de um caso esteja escrito em pedra. O precedente mudará previsivelmente quando o legislador mudar a lei sobre a qual o precedente se baseia, quando o tempo e a evolução cultural requerem, ou quando a filosofia jurídica da maioria da Corte, com autoridade para mudar o precedente aplicável, mudar.” De igual forma, na Inglaterra, em 1966, a *House of Lords* autorizou a superação dos seus precedentes judiciais.

¹⁵ BAPTISTA DA SILVA, Ovídio A. **Jurisdição e execução na tradição romano-canônica**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996. p. 105.

¹⁶ NUNES, Dierle. Processualismo constitucional democrático e o dimensionamento de técnicas para a litigiosidade repetitiva: a litigância de interesse público e as tendências “não compreendidas” de padronização decisória. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 199, set. 2011. (versão *online*)

3 Modelo adversarial e modelo inquisitorial

A dicotomia entre o modelo adversarial e o modelo inquisitorial foi muito utilizada para expressar o contraste entre o sistema de administração da justiça continental e o sistema de administração da justiça anglo-americano, relacionando-se, assim, um mais com o sistema do *civil law*, e o outro, mais com o sistema do *common law*.¹⁷

Muito embora a oposição entre as características seja incerta e ambígua, sendo possível encontrar de forma notável traços do modelo adversarial em alguns ramos da administração da justiça do modelo inquisitorial e vice-versa, oportuno trazer algumas das distinções para melhor compreensão do objeto em estudo.

O modelo adversarial toma forma a partir de uma disputa, desdobra-se como um compromisso de duas partes adversárias ante um tomador de decisão, relativamente passivo, cujo dever principal é encontrar um veredito. Nesse sistema as partes adversárias tomam conta da maioria dos atos processuais. Por sua vez, o modelo inquisitorial, ou não-adversarial, é estruturado em uma “inquirição oficial”, os atos processuais são realizados, em grande parte, por agentes oficiais.¹⁸

No modelo tradicional adversarial do processo, a figura do juiz era a de um “árbitro passivo”, de um *umpire* desinformado e desinteressado, além de neutro, que tinha a exclusiva função de assistir ao livre embate das partes, garantindo a respectiva correção e sancionando os comportamentos *unfair* ou ilícitos.¹⁹

A carreira judiciária, a preferência por regras rígidas e a confiança em documentos oficiais são características do modelo inquisitorial; em contraponto, o modelo adversarial

¹⁷ DAMASKA, Mirjan R. **The faces of justice and state authority**: a comparative approach to the legal process. New Haven: Yale University Press, 1986, p. 2.

¹⁸ DAMASKA, Mirjan R. 1986, p. 3.

¹⁹ TARUFFO, Michele. Observações sobre os modelos processuais de *civil law* e de *common law*. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 110, abr. 2003. p. 4. (versão *online*)

caracteriza-se por jurados como tomadores de decisão, discricção na tomada de decisão e preferência pela prova oral.²⁰

O modelo inquisitorial também é marcado pelo fato do Judiciário aparecer como garantidor de políticas estatais, enquanto, no modelo adversarial, que geralmente possui um governo mantenedor do equilíbrio social, o Judiciário é associado à ideia de resolução de conflitos, isto é, de pacificação social.²¹

As oposições que separam os dois modelos, todavia, deixaram de ser absolutas há muito tempo. Michele Taruffo adverte que os processos de *common law* foram frequentemente inquisitivos, ou *nonadversary*, lembrando o exemplo dos processos *in equity*. Os processos civis de *civil law*, de igual forma, são menos inquisitivos, considerando-se o estrito sentido do termo, a exemplo da presença do contraditório como garantia às partes. “Se ‘inquisitivo’, conforma a acepção fundada na história, significa que as partes não podem defender-se, então não existem no *civil law* processos suscetíveis de se definir com propriedade como inquisitivos.”²²

Outro marco relevante foram as reformas de Woolf que em 1999 resultaram na *Civil Procedure Rules*, espécie de Código de Processo Civil que deu aos tribunais ingleses maiores poderes e deveres de gestão dos casos conflituos, o que era, anteriormente, na fase do *pre-trial*, essencialmente controlado pelas partes e seus advogados.²³ O juiz do *common law* assume, desta forma, um função mais ativa no processo.²⁴

O tribunal não tem mais apenas um papel de orientação das atividades das partes na fase do *pre-trial* e incentivo à colaboração processual; depois da referida reforma, pode a Corte ameaçar, corrigir e até mesmo sancionar as partes.²⁵

²⁰ DAMASKA, Mirjan R. 1986, p. 4.

²¹ DAMASKA, Mirjan R. 1986, p. 11.

²² TARUFFO, Michele. 2003, p. 3.

²³ ANDREWS, Neil. **O Moderno Processo Civil**: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra. Tradução de Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 48.

²⁴ “Nos Estados Unidos realiza-se transformação análoga, a partir dos anos 70, com a emersão da figura do *managerial judge*, que toma o lugar da imagem tradicional do juiz como passivo *umpire*. [...] não mais cabe ao juiz o papel de árbitro passivo que se limita a ‘marcar as faltas’ cometidas pelas partes, mas um papel de organização e gestão ativa (não só de controle) do desenvolvimento do feito.” (TARUFFO, Michele. 2003, p. 4.)

²⁵ ANDREWS, Neil. 2009, p. 48

Embora as distinções persistam, cada vez mais é possível verificar uma intersecção entre os sistemas por meio do intercâmbio de institutos de um para o outro. Mas longe de se querer afirmar que a dicotomia de modelos não mais exista²⁶, até mesmo porque os contextos sociais e culturais se diferem demasiadamente o que, certamente, influencia na administração e função do judiciário.

4 O cooperativismo no *common law*

No sistema do *common law*, conforme mencionado, o papel do Judiciário é eminentemente de pacificador social, procura restabelecer a paz social sem a excessiva preocupação de que a pacificação ocorra sob a forma da lei ou outro critério que se mostre mais adequado para a solução do caso em análise.²⁷

Muito embora nesse modelo de justiça existam procedimentos processuais mais colaborativos, para fins de solucionar a controvérsia de maneira mais abreviada, menos burocratizada e desgastante, não se pode ter em mente a ideia romancista de que esses meios visam exclusivamente a pacificação social – ainda que este seja o grande objetivo –, existem outros fatores envolvidos na busca de acordos dentro do processo judicial do *common law*, tal qual o problema das custas judiciais na Inglaterra.²⁸

Há que mencionar, todavia, que as *Civil Procedural Rules*, que regem o direito processual inglês, mudaram a cultura litigiosa dos tribunais ingleses, valendo-se de uma forma de litigância mais colaborativa. “Os advogados têm adaptado suas expectativas judiciais de

²⁶ Sobre o assunto, Michele Taruffo menciona: “Consoante já tratei de esclarecer, o núcleo fundamental de minhas considerações não consiste na negação das diferenças existentes, apesar de tudo, entre os ordenamentos suscetíveis de inclusão antes num que noutro grupo, mas na tomada de consciência da superação dos ‘modelos’ tradicionalmente usados para descrever e distinguir os dois grupos, e da consequente necessidade de reinterpretar a realidade mutável dos vários sistemas processuais por meio de esquemas cognitivamente mais atualizados e heurísticamente mais eficazes.” (TARUFFO, Michele. 2003, p. 11)

²⁷ GRECO, Leonardo. *Paradigmas da justiça contemporânea e acesso à justiça*. In: **Revista de Direito da Unigranrio**. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr/article/viewFile/197/196>>. Acesso em: maio 2015. p. 3.

²⁸ “É evidente que a maior fonte de complexidade segundo as regras das CPR são as custas. Trata-se de um tópico extremamente delicado.” (ANDREWS, Neil. 2009, p. 51)

modo a não lutarem pelos interesses de seus clientes de forma implacável e agressiva”.²⁹ O “Objetivo Preponderante” do referido conjunto de regras processuais é apresentado na sua primeira parte, sendo um deles a exigência das partes e seus advogados cumprirem determinados protocolos que antecedem a ação, servindo como uma verdadeira preparação para o processo formal.³⁰

Esses protocolos exigem que as partes exerçam uma atitude mais cooperativa, já que o tribunal, iniciado o processo, pode desaprovar a maneira com que as partes tenham cumprido tais protocolos, ajustando as custas para demonstrar a reprovação.³¹ Inegável que o intuito desse procedimento prévio ao processo formal é a busca da solução do conflito abreviada por meio da realização de um acordo, evitando que o caso chegue ao Judiciário. O intercâmbio eficaz de informações, além de possibilitar acordos, prepara as partes para conhecer os pontos fortes de seu adversário.

Podemos mencionar, outrossim, como instrumento colaborativo a *disclosure* que ocorre nas fases preliminares – *pre-trial*. Trata-se de um meio que visa permitir a preparação das partes de forma adequada para o debate.³² A *disclosure* consiste na atividade em que as partes exibem, uma à outra, as provas e informações que dispõe e que usariam em um futuro e eventual *trial*.³³ O sistema de divulgação dos documentos antes da ação, como também o sistema de divulgação antes do julgamento, objetivam permitir que cada parte tenha acesso às informações relevantes que possam ser de conhecimento de apenas uma delas. Essa divulgação recíproca assegura a igualdade de acesso às informações, facilita a realização de acordos e evita o “julgamento por emboscada”.³⁴

Os procedimentos colaborativos, atrelados, sobretudo, à possibilidade do tribunal sancionar a parte que tiver responsabilidade por ter escolhido o caminho de ingressar no Judiciário pela falta de atitude condicente na troca de informações, pela emissão de uma “ordem

²⁹ ANDREWS, Neil. 2009, p. 28-29.

³⁰ ANDREWS, Neil. 2009, p. 29.

³¹ ANDREWS, Neil. 2009, p. 29.

³² TARUFFO, Michele. 2003, p. 5.

³³ WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Glossário. In: ANDREWS, Neil. **O moderno processo civil: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 17.

³⁴ “[...] quando uma das partes não está em condições de responder adequadamente a uma revelação surpresa na audiência final”. (ANDREWS, Neil. 2009, p. 57)

de custas adversas”³⁵, incentivam as partes e seus respectivos advogados a cooperar na resolução do caso, evitando atitudes meramente protelatórias.

Na Inglaterra, há decênios, um percentual baixíssimo de litígios civis [...] sobrevive à fase preliminar e chega ao *trial*, para afinal terminar numa sentença. Isso acontece por várias razões que não podem ser aqui analisadas: assinala-se, todavia, que o legislador inglês encorajou de modos diversos essa tendência, pressionando decididamente no sentido de favorecer – com diferentes instrumentos – a solução precoce da lide na fase do *pre-trial*. Adotam-se com esse fim diversas técnicas, entre as quais tentativas de conciliação, decisões *in default*, juízos sumários e *payments into court*.³⁶

A fase do *pre-trial* caracteriza-se como fase de “solução da controvérsia sem decisão”, configurando-se exceção o desempenho da função meramente preparatória. A *disclosure*, por sua vez, permite que as partes, geridas por um juiz ativo, colham informações e verifiquem a viabilidade de um acordo ou de renúncia a prosseguir, ou encontrem outro modo de solucionar o problema com rapidez.³⁷

5 O sistema brasileiro

O sistema judicial brasileiro sedimentou suas bases nas premissas do *civil law*, como bem analisado, nesse modelo a atuação do judiciário se desenvolve na estrita aplicação da lei,

³⁵ ANDREWS, Neil. 2009, p. 48.

³⁶ TARUFFO, Michele. 2003, p. 5. O autor ainda menciona que: “Nos Estados Unidos, a situação normativa e as técnicas usadas são em parte distintas, porém não é substancialmente distinto o resultado: elevadíssimo percentual de causas civis, com efeito, não ultrapassa a fase do *pre-trial* e não chega ao debate, na maior parte dos casos porque as partes celebram um *settlement*, ou porque o juiz ordena uma tentativa de conciliação por obra de terceiro ou uma arbitragem, ou porque tem êxito algum outro mecanismo de solução precoce da controvérsia.”

³⁷ TARUFFO, Michele. 2003, p. 5.

isto é, exerce a função de zelar pelo direito objetivo. A pacificação social assume, assim, uma função remota, está em segundo plano.³⁸

Não se mostra mais adequado, todavia, a redução do processo a uma relação jurídica, concebida como um mecanismo em que o Estado-juiz impõe sua posição de superioridade, colocando o debate processual como objetivo secundário. Libertar o processo da ideia de mecanismo de dominação e percebê-lo a partir de um prisma mais democrático e garantidor de direitos fundamentais permite a “blindagem” às equívocas atividades das partes, advogados, bem como dos juízes. Ademais, essa perspectiva promove a participação e influência igualitária de todos os envolvidos no procedimento.³⁹

“Não há mais que se falar em evolução da teoria processual sem que haja resultados para os litigantes.”⁴⁰ O processo deve ser concebido como garantia de implementação dos direitos, em especial, dos direitos fundamentais.⁴¹

Diante da complexidade normativa que temos hoje em dia, a solução dos problemas não pode decorrer apenas dos juízes sem que todos os integrantes do processo participem efetivamente. E essa transformação exige a interação de acadêmicos e profissionais, e especialmente em relação aos últimos, necessária a “quebra do debate belicoso entre as profissões jurídicas”.⁴²

No sistema judicial brasileiro, é comum nos depararmos com um “quadro de guerra”⁴³ entre os profissionais operadores do Direito, o que prejudica substancialmente o foco primordial do processo que é a resolução dos conflitos para garantia de direitos. Para a sedimentação de um modelo processual mais cooperativo é fundamental que as categorias profissionais jurídicas – advogados, juízes, promotores, auxiliares da justiça – tenham uma preparação mais técnica e responsável, comprometida com a finalidade do processo, deixando para trás a imposição de culpa dos problemas encontrados à categoria profissional que não seja a sua.

³⁸ GRECO, Leonardo. 2015, p. 3.

³⁹ NUNES, Dierle. 2011, p. 3.

⁴⁰ LAMY, Eduardo de Avelar. *Considerações sobre a influência dos valores e direitos fundamentais no âmbito da teoria processual*. **Sequência**, Florianópolis, n. 69, dez. 2014, p. 301-326.

⁴¹ NUNES, Dierle. 2011, p. 3.

⁴² NUNES, Dierle. 2011, p. 5.

⁴³ NUNES, Dierle. 2011, p. 5.

O antigo modelo de julgamento proferido de forma unipessoal, sem o devido debate e contraditório substancial entre juízes, advogados e partes, não se adequa mais às necessidades brasileiras.

Inegável que a superação das fronteiras nacionais, e a consequente circulação e difusão de informações de ordem geral, tais quais as garantias constitucionais, o devido processo e efetiva tutela⁴⁴, a nítida diferenciação entre os dois modelos de sistemas sai de cena e abre espaço para uma troca de conhecimentos e aprimoramento de cada ordenamento jurídico.

Sem que haja uma ruptura com o nosso sistema, que é de *civil law*,⁴⁵ a comunicação com o modelo do *common law* e a busca de institutos que se adaptem às nossas necessidades, com a devida atenção às peculiaridades brasileiras, é de suma importância para a concretização desses novos ideais processuais, de um processo mais colaborativo e efetivo.

E com base nos referidos institutos colaborativos do sistema adversarial e nos problemas enfrentados no Poder Judiciário brasileiro, o novo Código de Processo Civil assume o desafio de implementar institutos, talvez não tão novos assim, que tornem o processo mais cooperativo e, conseqüentemente, mais efetivo.

6 O cooperativismo no novo Código de Processo Civil

O novo Código de Processo Civil⁴⁶ procura instituir no ordenamento jurídico brasileiro alguns mecanismos para tornar o processo um instrumento mais cooperativo, contando com a colaboração das partes, seus respectivos advogados, juízes e todos aqueles que de alguma forma façam parte do processo. O resultado alcançado por um processo mais colaborativo certamente se relaciona com a efetiva tutela de direitos no mundo dos fatos.

Ainda que alguns institutos não sejam tão novos assim para o nosso ordenamento jurídico, muitos deles já consagrados na Constituição Federal de 1988, é interessante que o novo

⁴⁴ TARUFFO, Michele. 2003, p. 9.

⁴⁵ Nesse sentido, Pedro Miranda de Oliveira: É inegável, entretanto, que houve uma aproximação dos sistemas. Mas essa aproximação não constitui uma abrupta ruptura com a tradição brasileira de direito codicista. O que está ocorrendo, na verdade, é uma interpenetração, sem transmutação. In: MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. A força das decisões judiciais. Revista de Processo, São Paulo, v. 216, fev. 2013, p. 3. (versão *online*)

⁴⁶ Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015.

diploma processual os reafirme, tendo em vista a cultura brasileira legicêntrica. A legislação é um favorável marco para a transformação social que passa a ocorrer gradualmente.

É possível afirmar que o fundamento do princípio da cooperação se encontra dentro da concepção de um conjunto de outros princípios presentes no ordenamento jurídico, quais sejam, o princípio do devido processo legal, da boa-fé processual e do contraditório.⁴⁷

Inerente ao regime democrático, o princípio do contraditório foi estruturado sob o viés de estabelecer o processo de forma dialética, de maneira a instituir um diálogo entre os agentes processuais. “Com a marca de ser participativo”,⁴⁸ a nova formatação do princípio do contraditório desenvolve dentro dos estudos processuais a existência do princípio da cooperação. A cooperação processual impõe a sedimentação de um diálogo franco entre as partes, juiz e demais atores processuais para que se alcance a solução adequada e efetiva do caso concreto. Busca criar, assim, uma “comunidade de trabalho”⁴⁹, uma “comunidade de comunicação”.⁵⁰

O modelo processual cooperativista é configurado a partir de um novo dimensionamento do princípio do contraditório. Inclui-se o órgão jurisdicional como sujeito do diálogo judicial, e não apenas como mero espectador do debate das partes. “O contraditório volta a ser valorizado como instrumento indispensável ao aprimoramento da decisão judicial, e não apenas como uma regra formal que deveria ser observada para que a decisão fosse válida.”⁵¹ É evidente, portanto, a intenção de criar dentro do processo não somente um espaço que propicie um “julgamento”, mas a resolução efetiva de conflitos.⁵²

Longe de querer esgotar o assunto, oportuno observar e discutir alguns dos mecanismos processuais colaborativos que o novo Código de Processo Civil irá implementar.

O diploma processual, de início, dispõe em seu artigo 6º que: “Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.” O dispositivo processual estabelece um elo de ligação entre todos os

⁴⁷ DIDIER JUNIOR, Fredie. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 198, ago. 2011, p. 3. (versão *online*).

⁴⁸ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios Jurídicos Processuais no Processo Civil Brasileiro. In: I Congresso Peru-Brasil de Direito Processual. Lima: 2014, p. 18.

⁴⁹ DIDIER JUNIOR, Fredie. 2011, p. 6.

⁵⁰ CUNHA, Leonardo Carneiro da. 2014, p. 18.

⁵¹ DIDIER JUNIOR, Fredie. 2011, p. 3.

⁵² CUNHA, Leonardo Carneiro da. 2014, p. 18.

participantes do processo, para que mediante a união de esforços se encontre a adequada e eficaz solução do caso. Sem a sedimentação de um “vínculo de cooperação”⁵³ entre os agentes do processo, torna-se extremamente difícil a busca de resultados por meio da atividade jurisdicional.

Nesse mesmo viés, estabelece o novel diploma processual que as partes, seus procuradores e todos aqueles que participarem do processo devem expor os fatos conforme a verdade, não se utilizar de pretensões ou defesas destituídas de fundamentos, ou produzir provas e praticar atos desnecessários com o nítido intuito meramente protelatório, assim como devem cumprir com exatidão as decisões judiciais, seja de natureza provisória ou final, sem criar obstáculos para sua efetivação.⁵⁴ A boa-fé processual – “lealdade” –, positivada na referida norma, pode ser compreendida como um dos deveres de cooperação dentro do processo.⁵⁵

Acertada, ainda, a regra prevista no artigo 78 do novo Código de Processo Civil que expressamente proíbe que as partes, os advogados, os juízes, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, e qualquer outro integrante do processo empregue expressões ofensivas nas petições apresentadas em juízo. Os desnecessários ataques entre profissionais, ou entre as partes, apenas acirra ainda mais o conflito, desvirtuando a atenção do foco do processo, qual seja, a resolução do caso concreto e efetivação do direito pleiteado.

O diploma processual assegura, no mais, a paridade de tratamento entre as partes em relação ao exercício de direito e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, sendo competência do juiz prezar pelo efetivo contraditório.

O direito ao contraditório é constitucionalmente assegurado.⁵⁶ Sem sombras de dúvidas, o contraditório que a Constituição Federal e o novo diploma processual se referem não é àquele meramente formal, isto é, o mero direito de “falar”. O direito ao contraditório adequado

⁵³ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Das normas fundamentais do processo civil. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et. al. (Coord.) **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 71.

⁵⁴ Artigo 77 e incisos, do CPC/2015.

⁵⁵ DIDIER JUNIOR, Fredie. 2011, p. 4.

⁵⁶ Artigo 5º [...] LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; [...]. Constituição Federal.

às diretrizes constitucionais é o substancial, que engloba o direito de “falar”, mas, principalmente, de ser “ouvido”, de ter sua argumentação considerada pelos juízes e partes.

De diversas formas essa concepção se torna explícita no novo Código de Processo Civil. Por exemplo, o artigo 9º assegura que a decisão judicial não será proferida contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, exceto nas situações expressamente previstas no parágrafo único do dispositivo. De igual forma, pela previsão do artigo 10, que impede o juiz de decidir, em qualquer grau de jurisdição, com fundamento em matéria que não tenha sido dada oportunidade das partes se manifestarem, ainda que seja matéria que o juiz possa decidir de ofício.

O contraditório substancial, enunciado no artigo 10 do novo Código de Processo Civil, garante a influência das argumentações das partes, bem como impede o efeito “surpresa” nos julgamentos judiciais, isto é, inibe o pronunciamento de uma decisão estranha ao debate até então contido nos autos, de uma decisão que não era esperada pelas partes.⁵⁷

Há, deste modo, uma imposição ao juiz de “dever de consulta”⁵⁸, a fim de que seja garantido o debate prévio de qualquer questão, seja de mérito ou de procedimento. As partes quando consultadas previamente à decisão judicial, podem levar ao juiz informações e subsídios capazes de influenciar no julgamento, atuam ativamente na produção da resolução do conflito.

O artigo 11, por sua vez, reafirma que os julgamentos judiciais devem ser públicos e as decisões fundamentadas, premissas já existentes no ordenamento jurídico brasileiro por razão constitucional.⁵⁹ No entanto, não se pode ignorar a especial atenção que o novo Código de Processo Civil dedica à fundamentação das decisões judiciais.

Os elementos essenciais da sentença estão dispostos no artigo 489 do diploma processual, dispositivo esse que aborda no parágrafo primeiro as circunstâncias em que qualquer decisão judicial, seja interlocutória, sentença ou acórdão, não será considerada fundamentada. A começar, a decisão que se limitar a indicar, reproduzir ou parafrasear ato normativo, sem

⁵⁷ CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. Processo Justo e Democrático e o Novo CPC. In: MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. (Coord.) **Impactos do Novo CPC na Advocacia**. Florianópolis: Conceito, 2015, p. 36.

⁵⁸ CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. 2015, p. 36.

⁵⁹ Artigo 93 [...] IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; [...]. Constituição Federal.

devidamente explicar a relação desse ato normativo com o caso em concreto, é carente de fundamentação. De igual forma, aquela que empregar conceitos jurídicos indeterminados sem mencionar o motivo concreto de sua incidência na causa em julgamento.

A falta de fundamentação é caracterizada, outrossim, pela invocação de motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; ou, a limitação de invocar precedente ou enunciado de súmula, sem indicar seus fundamentos determinantes, ou não demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta a esses fundamentos determinantes.

Os incisos IV e VI do referido dispositivo dispõem, ainda, respectivamente, que não será considerada fundamentada a decisão que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; ou que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento. Nesses pontos específicos fica nítida a preocupação do Código em concretizar o contraditório substancial, de fazer com que as partes sejam efetivamente ouvidas e tenham seus argumentos considerados pelos julgadores.

A fundamentação das decisões judiciais está diretamente relacionada ao contraditório, uma vez que permite que as partes observem se seus fundamentos efetivamente foram considerados pelo julgador.⁶⁰ É a partir da fundamentação do pronunciamento judicial que as partes poderão ter a consciência de que o resultado obtido no processo não decorre “de sorte ou do acaso”⁶¹, mas da correta aplicação do direito. Neste sentido, “autor e réu não são desinteressados espectadores da atuação judicial. São destinatários desta. Nesta condição, têm direito a um pronunciamento judicial completo, particularizado, esclarecedor e persuasivo.”⁶²

O efetivo debate entre os agentes processuais, com atenção ao processo constitucional, possibilita diversos benefícios, tais qual uma provável diminuição no uso de recursos, uma vez que a chance de vitória pela reforma da decisão é reduzida. O debate permitido no trâmite

⁶⁰ FRANCO, Marcelo Veiga. Dimensão dinâmica do contraditório, fundamentação decisória e conotação ética do processo justo: breve reflexão sobre o art. 489, § 1.º, IV, do novo CPC. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 247, set. 2015, p. 8. (versão *online*).

⁶¹ CRUZ E TUCCI, José Rogério. Ainda sobre a nulidade da sentença imotivada. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 56, dez. 1989, p. 1. (versão *online*).

⁶² CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. 2015, p. 43.

processual em primeiro grau, realizado sob o prisma dos princípios constitucionais, assegura a participação e influência dos argumentos utilizados por todos os integrantes do processo.⁶³

Outro instrumento colaborativo de grande enfoque no novo Código de Processo Civil é a audiência de conciliação ou de mediação. Ao longo da legislação processual podemos observar diversos dispositivos que tratam da matéria. O parágrafo terceiro do artigo 3º determina que a conciliação, a mediação, e qualquer outro método de solução de conflitos deverão ser estimulados pelos juízes, advogados, promotores e defensores públicos, inclusive, no trâmite do processo judicial.

O juiz é incumbido do dever de promover a autocomposição, a qualquer tempo no processo, podendo contar com o auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.⁶⁴ Ademais, haverá um momento específico dentro do procedimento dedicado à conciliação ou mediação. No caso em que a petição inicial preencher os requisitos essenciais, e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz deverá designar audiência de conciliação ou de mediação. O ato apenas não será realizado se ambas as partes expressamente se manifestarem pela falta de interesse na composição consensual do litígio, ou, ainda, nos casos que a autocomposição seja proibida.⁶⁵

A importância concedida ao ato é manifesta na disposição do parágrafo oitavo do artigo 334 do novo Código de Processo Civil. A ausência do autor ou do réu na audiência de conciliação, sem a devida justificativa, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça e punido com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.

Também com a finalidade de promover a composição consensual no processo, as ações de família ganham atenção diferenciada. Nesses tipos de demandas em que a litigiosidade entre as partes é, geralmente, extremamente acirrada, todos os esforços devem ser empreendidos para a solução amigável da controvérsia, devendo o juiz ter o auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para promover a mediação e conciliação.⁶⁶

A diferença no procedimento das ações de família é verificada no início do processo, pois, recebida a petição inicial, o juiz irá ordenar a citação do réu para que compareça na

⁶³ NUNES, Dierle. 2011, p. 4.

⁶⁴ Artigo 139, V, do CPC/2015.

⁶⁵ Artigo 334 do CPC/2015.

⁶⁶ Artigo 694 do CPC/2015.

audiência de mediação e conciliação, no entanto, o mandado de citação conterá, tão somente, os dados necessários à audiência, devendo estar desacompanhado de cópia da petição inicial, sendo assegurado, todavia, o direito do réu de examinar o conteúdo da peça a qualquer tempo.⁶⁷

Nesse procedimento, o réu, sem saber do conteúdo da petição inicial, vai para a audiência desarmado de questões periféricas, que poderiam ter sido trazidas no petitório, e que nada ajudariam na solução do conflito. No ato, o debate entre as partes será mediado por profissionais capacitados, a fim de que as pretensões de ambos os litigantes sejam expostas e, a partir de então, tente-se chegar em um acordo.

O objetivo é estimular a autocomposição, subtraindo do réu o acesso aos termos da petição inicial, que, em ações de família, contém, muitas vezes, termos impróprios, acusações exageradas, arroubos da impetuosidade decorrente do desgaste havido entre as partes, o que acirra os ânimos e dificulta, senão impossibilita, a autocomposição.⁶⁸

O advogado do réu, conforme o dispositivo mesmo prevê, poderá ter acesso à petição inicial antes que a audiência aconteça, para que fique a par do que se trata a ação. Contudo, é importante que mantenha a discrição e não repasse o conteúdo, principalmente no tocante ao exagero das afirmações, ao seu cliente, sob pena de inviabilizar o instituto.

A audiência de conciliação e mediação poderá se desdobrar em quantas sessões forem necessárias, sem prejuízo das providências jurisdicionais urgentes. Entretanto, não sendo possível a composição consensual, o processo terá seguimento nos moldes do procedimento comum.

É evidente, todavia, que para a exitosa efetivação dos meios alternativos de solução dos litígios, tanto na esfera cível geral, como na área do direito de família, é necessário o estabelecimento de campanhas de conscientização da população, bem como a capacitação dos operadores jurídicos, a fim de que haja a formação de profissionais especializados no âmbito da

⁶⁷ Artigo 695 do CPC/2015.

⁶⁸ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Procedimento especial para as ações de família no projeto do novo Código de Processo Civil. In: MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro et al. (Coord.). **Novas Tendências do Processo Civil**: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil. Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 33.

conciliação e da mediação. Com essas práticas é possível sedimentar uma “cultura da pacificação social”.⁶⁹

O novo Código de Processo Civil também facultará às partes capazes a estipulação de mudanças no procedimento e convenção sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, caso o processo verse sobre direitos que admitam a autocompensão.⁷⁰ Não bastasse isso, juiz e partes, em conjunto, poderão estabelecer um calendário para a prática dos atos processuais, ficando as partes dispensadas de intimação em relação aos atos dispostos no referido calendário.⁷¹ O objetivo é adequar o procedimento às peculiaridades da causa, a fim de promover, da maneira mais adequada possível, a solução do conflito de interesses.

O novel diploma processual privilegia, assim, a negociação não somente no âmbito do objeto do litígio, mas também sobre aspectos processuais. Podemos dizer que a redação do artigo 190 insere no ordenamento jurídico brasileiro uma cláusula geral que permite a convenção sobre diversas situações processuais.⁷²

As partes, ao convencionarem sobre aspectos procedimentais, assumem parcela do protagonismo do juiz, adaptando o procedimento de maneira que tenha melhor adequação aos seus interesses. Nada melhor do que elas, conhecedoras da causa, ajustarem determinadas matérias processuais para denotar ao processo maior efetividade.⁷³ Com a ampla participação e colaboração das partes, maiores são as chances do pronunciamento judicial ser eficaz.

Oportuno mencionar, por fim, que a cooperação deverá se dar, também, entre os próprios órgãos do Poder Judiciário⁷⁴, estadual ou federal, especializado ou comum, em todas as instâncias e graus de jurisdição e, portanto, incluem-se os tribunais superiores. O pedido de colaboração para o compartilhamento de informações pode ser realizado, até mesmo, entre os

⁶⁹ CAMBI, Eduardo. Da audiência de conciliação ou de mediação. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et. al. (Coord.) **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 878.

⁷⁰ Artigo 190 do CPC/2015.

⁷¹ Artigo 191 do CPC/2015.

⁷² MÜLLER, Julio Guilherme. A negociação no novo CPC: novas perspectivas para a conciliação, para a mediação e para as convenções processuais. In: MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. (Coord.) **Impactos do Novo CPC na Advocacia**. Florianópolis: Conceito, 2015, p. 162.

⁷³ MÜLLER, Julio Guilherme. 2015, p. 163.

⁷⁴ Interessante mencionar que a cooperação também se dará entre os Tribunais Arbitrais e Tribunais Judiciais. O CPC/2015 introduz no artigo 237, IV, a figura da Carta Arbitral, possibilitando que os árbitros requeiram ajuda ao Poder Judiciário para prática de atos ou cumprimento de decisões que não tenham sido cumpridas de maneira espontânea.

órgãos de diferentes ramos do Poder Judiciário.⁷⁵ A colaboração entre os órgãos jurisdicionais deriva do dever do Estado entregar em tempo razoável a tutela jurisdicional eficaz, não podendo os próprios órgãos do Poder Judiciário oferecer óbices para a efetiva resolução dos conflitos de interesses judicializados.

Os dispositivos aqui mencionados são apenas alguns exemplos da diversidade de menções colaborativas que o novo Código de Processo Civil dispõe. A partir dessa visão geral, é nítido o intuito do diploma processual de tornar o processo um meio mais cooperativo para a solução da controvérsia. Atuando as partes, seus procuradores, juízes e os demais agentes processuais de maneira mais colaborativa, certamente, os resultados no campo fático, isto é, na concretização dos direitos, será mais efetivo.

7 Conclusão

O modelo adversarial tem como objetivo primordial a pacificação social, possui uma estrutura mais voltada a um processo colaborativo, que vise a breve e eficaz solução do conflito e concretização do direito pleiteado. O sistema do *common law*, como bem observado, dispõe de diversos mecanismos que incentivam, e até de certa forma impõem, uma atitude cooperativa das partes e advogados, sobretudo, para viabilizar a realização de acordos.

O modelo inquisitorial, por sua vez, objetiva a guarda do direito objetivo, sendo de interesse remoto a pacificação social. Contudo, esse modelo, nos seus estritos termos, não mais se adequa ao Estado Democrático de Direito que possui a finalidade de concretizar os direitos, principalmente os direitos fundamentais.

O sistema brasileiro, sedimentado no modelo do *civil law*, consciente das necessidades de aprimoramento do seu sistema processual, busca implementar no novo Código de Processo Civil institutos que propiciem um procedimento mais colaborativo, atento às garantias

⁷⁵ Artigos 67-69 do CPC/2015.

constitucionais, tais quais, o efetivo contraditório, devida fundamentação e efetivação dos direitos no mundo dos fatos.

A tutela jurisdicional deve ser efetiva. A falta de comprometimento dos sujeitos processuais em nada ajuda para a concretização dessa premissa. Sem dúvidas, a partir de um processo mais colaborativo, em que haja o efetivo comprometimento, participação, debate, e acima de tudo, respeito entre os integrantes do processo, certamente, facilitará a solução do caso concreto, abrindo-se margem, inclusive, para autocomposição, forma mais breve e menos desgastante que se pode encontrar para resolução dos conflitos de interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOD, Georges. Precedente judicial *versus* jurisprudência dotada de efeito vinculante: a ineficácia das reformas legislativas na busca de uma cultura de precedentes. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.) **Direito Jurisprudencial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, p. 491-552.

ANDREWS, Neil. **O Moderno Processo Civil**: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra. Tradução de Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

ATAÍDE JR, Jaldemiro Rodrigues de. As tradições jurídicas de *civil law* e *common law*. In: FREIRE, Alexandre *et al.* (Coord.). **Novas Tendências do Processo Civil**: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil. vol. I. São Paulo: Editora JusPodivm, 2013.

BAPTISTA DA SILVA, Ovídio A. **Jurisdição e execução na tradição romano-canônica**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. Processo Justo e Democrático e o Novo CPC. In: MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. (Coord.) **Impactos do Novo CPC na Advocacia**. Florianópolis: Conceito, 2015, p. 33-50.

CAMBI, Eduardo. Da audiência de conciliação ou de mediação. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et. al. (Coord.) **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 874-887.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Das normas fundamentais do processo civil. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et. al. (Coord.) **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 57-89.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Ainda sobre a nulidade da sentença imotivada. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 56, dez. 1989. (versão *online*).

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Procedimento especial para as ações de família no projeto do novo Código de Processo Civil. In: MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro et al. (Coord.). **Novas Tendências do Processo Civil**: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil. Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios Jurídicos Processuais no Processo Civil Brasileiro. In: I Congresso Peru-Brasil de Direito Processual. Lima: 2014.

DAMASKA, Mirjan R. **The faces of justice and state authority**: a comparative approach to the legal process. New Haven: Yale University Press, 1986.

D. COLE, Charles. *Stare decisis* na cultura jurídica dos Estados Unidos. O sistema de precedentes vinculantes do *common law*. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 752, jun 1998. (versão *online*).

DIDIER JUNIOR, Fredie. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 198, ago. 2011. (versão *online*).

D. RE, Edward. “Stare decisis”. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 73, jan. 1994. (versão *online*)

FRANCO, Marcelo Veiga. Dimensão dinâmica do contraditório, fundamentação decisória e conotação ética do processo justo: breve reflexão sobre o art. 489, § 1.º, IV, do novo CPC. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 247, set. 2015. (versão *online*).

GRECO, Leonardo. Paradigmas da justiça contemporânea e acesso à justiça. In: **Revista de Direito da Unigranrio**, dez. 2008. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr/article/viewFile/197/196>>. Acesso em: maio 2015.

LAMY, Eduardo de Avelar. Considerações sobre a influência dos valores e direitos fundamentais no âmbito da teoria processual. **Sequência**, Florianópolis, n. 69, p. 301-326, dez. 2014

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes Obrigatórios**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. A força das decisões judiciais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 216, fev. 2013. (versão *online*)

MÜLLER, Julio Guilherme. A negociação no novo CPC: novas perspectivas para a conciliação, para a mediação e para as convenções processuais. In: MIRANDA DE OLIVEIRA, Pedro. (Coord.) **Impactos do Novo CPC na Advocacia**. Florianópolis: Conceito, 2015, p. 151-168.

NUNES, Dierle. Processualismo constitucional democrático e o dimensionamento de técnicas para a litigiosidade repetitiva: a litigância de interesse público e as tendências “não compreendidas” de padronização decisória. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 199, set. 2011. (versão *online*)

SCHMITZ, Leonard Ziesemer. Compreendendo os “precedentes” no Brasil: fundamentação de decisões com base em outras decisões. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 226, dez. 2013. (versão *online*)

TARUFFO, Michele. Observações sobre os modelos processuais de *civil law* e de *common law*. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 110, abr. 2003. p. 4. (versão *online*)

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Glossário. In: ANDREWS, Neil. **O moderno processo civil: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Precedentes e evolução do direito. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.) **Direito Jurisprudencial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.